

A NOVA DIREITA INTERNACIONAL ENTRE O FASCISMO CLÁSSICO E O NEOFASCISMO METAPOLÍTICO

LA NOUVELLE DROITE INTERNATIONALE ENTRE LE FASCISME CLASSIQUE ET LE NÉOFASCISME MÉTAPOLIQUE

Francisco VASCONCELOS¹

Resumo: O presente texto consiste em um ensaio com o objetivo de analisar disputas conceituais sobre o fascismo a partir das discussões sobre a nova extrema direita e suas ramificações internacionais. Pretende-se demonstrar que o argumento de Umberto Eco (2018) a respeito do “fascismo eterno” é passível de utilização desde que passe por uma adequação analítica, em cotejo com as contribuições de Roger Griffin (2006), Robert Paxton (2007) e Ruy Fausto (2022). Busco sedimentar o argumento acima proposto por meio de uma análise crítica do livro de João Eigen, *O Fascismo como ideologia e a revolta totalitária* (2023).

Palavras-chave: Fascismo, Extrema direita, Ideologia.

Résumé: Le présent texte consiste en un essai visant à analyser les débats conceptuels sur le fascisme à partir des discussions sur la nouvelle extrême droite et ses ramifications internationales. L’objectif est de démontrer que l’argument d’Umberto Eco (2018) concernant le « fascisme éternel » peut être utilisé à condition de subir une adaptation analytique, en comparaison avec les contributions de Roger Griffin (2006), Robert Paxton (2007) et Ruy Fausto (2022). Je cherche à consolider l’argument proposé ci-dessus à travers une analyse critique du livre de João Eigen, *Le fascisme comme idéologie et révolte totalitaire* (2023).

Mots-clés: Fascisme, Extrême droite, Idéologie.

Apresentação

No mês de abril do corrente ano, um jornal de grande circulação publicou texto do jornalista Ruy Castro enunciando a existência de uma “Internacional da extrema direita” (Castro, 2024). Populismo, nacionalismo e discurso moral e religioso; xenofobia e racismo; antiliberalismo e antipolítica seriam valores defendidos por uma rede que conquistou, ou está próximo de conquistar, o poder em vários países e que teria Elon Musk como o “Führer das plataformas digitais”, favorecendo a replicação dessa cultura política. Diferentemente do Comintern, a Internacional Comunista, fracassada em 1943, a “Internacional da Extrema Direita apenas começou”, conclui o colunista.

Nos dias seguintes, a expressão foi repercutida por outros professores, pesquisadores e jornalistas, alguns reivindicando sua autoria. Nomeada como uma “Internacional Fascista”, ela chegou a ser reportagem do portal de notícias *Instituto Conhecimento Liberta* (ICL), na plataforma do *Youtube*. O quadro, comandado pelo

¹ Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), no Ceará. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0259987728136294>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3807-3187>.

jornalista Cesar Calejon, viralizou como *meme* ao reunir, na mesma imagem, Olavo de Carvalho, Aleksandr Dugin, Steve Bannon, Carlos Bolsonaro e o pastor Silas Malafaia como ideólogos dessa “Internacional Fascista” (ICL, 2024).

Na rede social X, antigo *Twitter*, o quadro virou motivo de chacota por perfis de direita ao alinhar figuras díspares e concorrentes em propostas políticas e intelectuais, bem como com pouca ou menor expressão em termos de influência ideológica. O quadro teria servido, aos olhos dos críticos, como prova da falta de rigor conceitual a respeito do fascismo e da disseminação de teorias da conspiração. As esquerdas teriam construído um inimigo fantasioso a partir do tratamento unificado da pluralidade contraditória de movimentos da extrema direita: anarcocapitalistas¹, neoliberais, conservadores de vários matizes, incluindo os nacional-revolucionários, entre outros.

Em sua defesa, em postagem no X do dia 24 de abril, Cesar Calejon sustentou seu ponto de vista definindo o fascismo “como regime totalitário centrado na figura de (1) um líder militarizado, que (2) cessa liberdades, (3) sugere a perseguição e a morte de opositores e usa um (4) discurso supremacista pautado na raça (além de gênero ou orientação sexual) e na nação”². Além disso, em outro momento, o jornalista reivindicou inspiração no livro de Benjamin Teitelbaum, *Guerra pela Eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista* (2020), que mapeia as interseções entre as redes de Steve Bannon, Olavo de Carvalho e Aleksandr Dugin³.

As réplicas ao argumento, especialmente de João Eigen, *influencer* digital no Youtube e no X voltado ao um público de direita ligado à Olavo de Carvalho e que se autointitula “especialista em regimes e ideologias totalitárias”, reiteram a insuficiência da definição de fascismo trazida por Calejon: ela serviria para qualificar qualquer governo autoritário, independentemente de sua natureza fascista. Ademais, em resposta à manifestação de Eigen no X, no dia 25 de abril, o próprio Benjamin Teitelbaum recusa a interpretação de uma “Internacional Fascista”, reiterando que seu livro mapeia um esforço fracassado de construir uma coordenação internacional por parte da extrema direita⁴.

Esta polêmica demonstra a necessidade de refletir sobre a pertinência do conceito de fascismo para descrever o conjunto de movimentos políticos de extrema direita para então realizar a análise do grau de coesão de suas articulações internacionais. Ela nos reenvia, quase que diretamente, aos embates conceituais que estão no espaço entre definições mais estritas do fascismo, reivindicando sua pertinência apenas à repetição do mesmo repertório de ideologia estatal-corporativista, e visões mais amplas, que estão presentes seja na abordagem de Umberto Eco (2018) a respeito do *Ur-fascismo* ou “fascismo eterno”, seja de Roger Griffin (2006), que pretende uma definição sintética

sobre as manifestações do fascismo, independentemente de suas diferenças, permitindo sua comparabilidade.

O presente texto tem o objetivo de demonstrar que o argumento de Umberto Eco (2018) é passível de utilização, desde que passe por uma adequação analítica, em cotejo com outras perspectivas conceituais e historiográficas, especialmente a do próprio Roger Griffin (2006), de Robert Paxton (2007) e de Ruy Fausto (2022). A negação peremptória e ritualística, com base na crítica de Emílio Gentile (2019), da perspectiva do “fascismo eterno” ameaça “jogar fora o bebê junto com a água do banho” favorecendo, ao menos no Brasil, uma abordagem conceitual idealista e seletiva desse fenômeno que o aparta das novas manifestações da extrema direita e serve de alibi à defesa do legado do olavismo, do bolsonarismo e de propostas autocráticas em nome do conservadorismo e da liberdade.

Ur-fascismo (Eco, 2018), *ultranacionalismo palingenético* (Griffin, 2006), *suprafascismo* (Wolff, 2016; Vasconcelos, 2023a), cada uma seu modo, convergem para a problemática do *neofascismo metapolítico* (Neto, 2022; Vasconcelos, 2023c; Bianchi, 2024). Adiante, com base no percurso de discussões que venho desenvolvendo nos últimos anos, busco sedimentar o argumento acima proposto em especial por meio do contraponto ao livro *O Fascismo como ideologia e a revolta totalitária* (Eigen, 2023).

A renovação da extrema direita e suas redes internacionais

De fato, da forma como foi apresentada, a tese da “Internacional Fascista” ou “Internacional da Extrema Direita” carece de melhor fundamentação e soa como um “espantalho”. Não há uma articulação tão coesa. As redes e propostas são variadas, concorrentes e encontram dificuldades para se unificar. Um exemplo é o antagonismo entre as teses de Olavo de Carvalho e Aleksandr Dugin, reunidos na mesma imagem. Apesar de ambos disputarem o Tradicionalismo como eixo reestruturador da geopolítica, da política e da cultura, as propostas que eles defendem são antagônicas em termos de filiação a projetos políticos: o primeiro, mais próximo do neoconservadorismo cristão nos Estados Unidos, passível de conciliação, em termos, com o neoliberalismo; já o segundo, antiliberal na economia e na cultura e defensor de uma expansão eurásiana a partir da Rússia sob pretexto de autodefesa de civilizações. Adicionalmente, suas articulações políticas influenciam diferentes movimentos: o primeiro, o bolsonarismo e o ancapismo; já o segundo, o nacional-revolucionarismo conservador que, no Brasil, disputa a tradição do Trabalhismo na esquerda e do Integralismo na direita.

Mas, é impossível negar a existência de redes internacionais de extrema direita. Na primeira experiência histórica dos fascismos já se fazia presente uma preocupação com as articulações inter-fascismos e a construção de uma “Internacional Fascista” (Bertonha, 2000). Após 1945, com o desprezo e o horror que o fascismo e o nazismo passaram a suscitar, a extrema direita operou diferentes realinhamentos de identidades e apoios, como a formação de grupos e células de ativismo subterrâneo ou mesmo terrorista, ou adaptando-se aos regimes democráticos por meio da recusa a uma intervenção direta na política e uma mudança de identidade.

Um dos principais centros de reformulação do legado do fascismo se deu na França dos anos 1970, com o GRECE, *Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a Civilização Europeia* (Vasconcelos, 2022c), Por meio da liderança de Alain de Benoist, em diálogo e concorrência com Guillaume Faye, o GRECE articulou-se a uma rede internacional, na Europa, a partir de uma ação cultural de mimese e incorporação de repertórios de esquerda, sobretudo a luta anticolonial, mas direcionada a uma “nova revolução conservadora”⁵, dialogando com o identitarismo etnopluralista europeu⁶ e o legado de movimentos herdeiros do nacional-bolchevismo ou “fascismo vermelho”⁷ (Vasconcelos, 2022b; Forti, 2024). É impossível não associar esse projeto às iniciativas de Aleksandr Dugin na Rússia, orientadas em um sentido mais pragmático, mas nem por isso desprovidas de uma perspectiva intelectual, de formação de grupos de estudo e círculos de experimentação artística e iniciática que conjugavam esoterismo, Tradicionalismo e as tradições política supracitadas (Cruz, 2023).

É o caso de Julius Evola, intelectual italiano, que buscou influenciar os regimes fascistas na Itália e na Alemanha no sentido de uma correção do totalitarismo centralizador, do racismo biológico e da política de massas, e mais orientada para um “racismo espiritual” ou de castas, em regimes aristocráticos e Imperiais fundados sob a ideia de uma Tradição ancestral e sagrada (Vasconcelos, 2023a). Ele é uma figura de transição entre as gerações anteriores ou contemporâneas do fascismo histórico e as novas gerações. No Brasil, por sinal, a influência de Alain de Benoist e de Aleksandr Dugin se inicia com os Congressos Evolianos na década de 2010 (Vasconcelos, 2023c).

Por outro lado, no mundo anglo-saxão, sobretudo nos Estados Unidos, movimentos semelhantes já se fizeram presentes desde, ao menos, a publicação do livro *Imperium* (1947), do filósofo Francis Parker Yorker (1917-1960). Publicado sob o pseudônimo de Ulick Varange, o livro é descrito como uma sequência de *O Declínio do Ocidente* (1918), de Oswald Spengler, livro central para a revolução conservadora alemã, e orientado para a formação de um bloco transcontinental fascista baseado em uma aliança

“vermelho marrom”⁸. Em um contexto de anticomunismo e conservadorismo cristão, a sua proposta não se enraizou nos Estados Unidos, embora tenha justamente se tornado conhecida por alguns dos intelectuais europeus supracitados. Até os anos 1990, nos Estados Unidos, o liberalismo, o militarismo anticomunista e tradicionalismo moral foram os pilares da direita americana, convivendo em concorrência ou sobreposição com grupúsculos de extrema direita de viés supremacista racial (Diamond, 1995). A situação se modificou especialmente após a ascensão dos neoconservadores e a posterior coligação complexa entre extremismos e supremacismos com o surgimento da *alt-right* (Vasconcelos, 2021; Teitelbaum, 2020). É nesse contexto que a influência da matriz europeia e russa se fez presente em organizações radicais e extremistas no país, a exemplo da *New Resistance*, espécie de filial da *Nouvelle Resistance*, na França, e da Nova Resistência, organização duginista no Brasil.

Há cinco anos, busquei justamente iniciar um programa de estudos sobre o pensamento desta nova direita transnacional, desde o “suprafascismo” de Julius Evola⁹, o “gramscismo de direita” de Alain de Benoist, o “arqueofuturismo” de Guillaume Faye¹⁰, a renovação da direita norte-americana após o 11 de setembro e a diversificação da extrema direita brasileira, sobretudo da perspectiva iliberal, seja como aliança vermelho-marrom, seja como um nacional-conservadorismo (Vasconcelos, 2023c). A partir desse programa, cheguei a uma síntese da tática *metapolítica*¹¹ presente na estratégia de expansão de novas redes de extrema direita:

1. O “gramscismo de direita”: uma subversão do conteúdo político de classe contida na proposta de Gramsci (Vasconcelos, 2022c). Essa tendência se realiza como forma de ação cultural e política desde o fim do apoio a táticas terroristas de direita nos anos 1970, na Europa. O foco passa a ser a conquista da hegemonia através de uma mistificada quebra de fronteiras entre esquerda e direita e uma guerra de posição voltada à criação de centros culturais e de quadros profissionais, políticos e intelectuais que promovam valores antimarxistas e iliberais (na política, na cultura e na economia). Há uma procura por tomadas de posição antissistema, reivindicando a crítica contra o domínio do mercado, da burguesia e do imperialismo e criando uma perspectiva “terceiro-mundista”, ou seja, de aliança com movimentos anticoloniais e antirracistas, típica dos repertórios de esquerda.

2. Uma “nova revolução conservadora”: valoriza-se o ideal de revolta aristocrática, distante do individualismo e do que consideram mediocridade da sociedade de massas capitalista, e mais próximo ao ideal de castas; a partir disso, deriva-se um elogio das disposições guerreiras, do caráter sagrado da guerra e de um sentido

“iniciático” à formação de militantes, via para a retomada de valores conservadores e hierarquizantes junto a atitudes radicais e revolucionárias.

3. Idealização do Império como forma política e o retorno às raízes culturais tradicionais: pretensão de uma sociedade não mais baseada no Estado-Nação e no capitalismo liberal, mas em blocos de civilizações unidas sob um princípio étnico, mas sobretudo cultural e religioso tradicional, a exemplo do Neoeurasianismo¹². Por sua vez, a oposição entre civilizações da terra e do mar, de Carl Schmitt, tornou-se um criatório de tendências conspiracionistas contra o “globalismo”, promovendo uma perspectiva iliberal e antidemocrática associada ao nacionalismo, ao antisemitismo e ao combate à “cultura *woke*”, entendida como pautas identitárias individualistas e culturalmente separatistas dos movimentos feminista, negro e LGBTQIA+ exportadas pelo liberalismo das elites globalistas dos Estados Unidos e da Europa.

Por meio destes diferentes repertórios busca-se corroer a hegemonia liberal-burguesa, mas também o socialismo de viés democrático, em nome de novos “ressurgimentos” nacionais ou civilizacionais no interior de uma nova geopolítica e ordem internacional. Evidentemente, aqui, a perspectiva é da interrelação entre atuação *metapolítica* e redes de grupos ativistas. Seria preciso avaliar, caso a caso, as formas de articulação com movimentos políticos mais amplos e influências sobre governos.

Embora, por vezes, sejam ações aparentes de pequenos grupos, trata-se de redes internacionais bastante ativas que atuam pela conversão simultânea de vertentes da extrema direita e da extrema esquerda, por meio do entrismo e do cisma em organizações políticas e culturais para favorecer uma convergência vermelho-marrom ou nacional-conservadora nas frações radicais e moderadas, de direita e de esquerda (Vasconcelos, 2023c).

Na origem de todos esses movimentos estaria justamente uma perspectiva derivada, em parte, do *insight* de Umberto Eco (2018) a respeito dos fascismos como síntese de uma “nebulosa ideológica”, principalmente o pensamento revolucionário conservador e antimoderno, o romantismo anticapitalista e o nacionalismo revolucionário, além de diferentes contextos e arranjos políticos.

Na primeira conversão material desta nebulosa ideológica em termos pragmáticos, o resultado fora um conjunto de governos fascistas ou corporativistas atrelados à modernidade e à expansão capitalista nacionalista, e não propriamente um rompimento com a modernidade ou com o capitalismo. O cerne do problema é a imprevisibilidade do acoplamento entre o idealismo das propostas e o plano material das correlações entre classes, elites e institucionalidades políticas no interior da dinâmica histórica capitalista

de cada país ou região. A segunda metade do século XX, por sinal, foi justamente a época de um intervalo intelectual-organizativo por parte dessa nebulosa ideológica: inspirados em Julius Evola, foi construído o diagnóstico de um contexto não favorável a ações revolucionárias ou radicais, por isso a prática da *apoliteia*¹³ como formação de uma “aristocracia de espírito”, capaz de “cavalgar o tigre”¹⁴ até o momento certo.

Nesse sentido, o fim da União Soviética, o 11 de setembro, a ascensão da China como potência econômica e da Rússia como potência político-militar e o pós-pandemia parecem sinais de um fim do ciclo histórico da hegemonia dos Estados Unidos e da Europa, conduzindo a um novo cenário de insurgências e dissidências fragmentadas favoráveis à um apelo populista supostamente antissistema. Ou seja, uma época propícia à saída da *apoliteia* para formas de expressão pública, em apoio a movimentos e governos. Nesse contexto, os novos conflitos geopolíticos, guerras, golpes e revoluções recentes em diferentes partes do mundo, a exemplo do Sudão, da Ucrânia e da Palestina tornam-se oportunidade para uma inserção desta “nebulosa ideológica”, ou “nova revolução conservadora”, sob formas emancipadas da nostalgia aos fascismos históricos e atreladas agora a insurgências anti-imperialistas. Isto repercute em uma inversão de acusações: o supremacismo étnico e a colonização estariam presentes na ação das potências “globalistas” e liberais, contra as quais se incentiva o retorno às Tradições civilizacionais em nome da soberania dos povos oprimidos. A este respeito, João Fábio Bertonha foi premonitório:

O fascismo não morreu no pós II Guerra Mundial [...] Se, por uma confluência de fatores, ele voltasse a assumir o poder em algumas regiões do mundo ocidental [...] é difícil acreditar que ele retornaria em sua forma clássica. Muito teria que ser mudado e a experiência do breve governo de Berlusconi na Itália e da transição do Movimento Sociale Italiano para a mais "respeitável" Alleanza Nazionale na Itália nos últimos anos talvez indique o padrão desse novo fascismo reciclado que tenta retomar o poder. Dificilmente esse fascismo reciclado poderia fugir, contudo, das suas grandes contradições, a saber, a promessa de mudança social associada, normalmente, a uma prática política de aliança com as forças conservadoras e [...] a da contradição entre o desejo de fundir todos os fascistas do mundo em um bloco único soldado pela ideia de construção de uma nova civilização e a competição nacionalista, de ideias e pelo poder entre eles. Isso indica que um mundo dominado pelo fascismo dificilmente seria um mundo de relações pacíficas entre os Estados, no que seria coerente com seu encantamento pela guerra e pelas virtudes militares. Obviamente, poderíamos ter uma repetição daquilo que Hobsbawm (1997) chamou de a grande guerra ideológica do século XX, a II Guerra Mundial, quando a radicalização política e social abriu espaço para os diferentes fascismos aceitarem sua subordinação e se articularem em torno do dominante, o alemão. Uma reelaboração do conceito fascista clássico de nação para um maior, pensado em termos de civilização ocidental e

de raça branca (como os nazistas, como vimos, tentaram, aliás, dentro de certos limites, fazer), também poderia ajudar os movimentos e Estados fascistas a se agregarem [...] Nesse caso, talvez Samuel Huntington (Huntington, 1997) não estivesse tão equivocado em suas teorias e um mundo de guerra entre civilizações dominadas por seus fundamentalismos (dos quais o fascismo é seguramente um deles) poderá ser a ordem do dia (Bertonha, 2000, p.112-113).

A citação acima antecipa também algumas questões classificatórias sobre o que é a extrema direita¹⁵ e seus movimentos de renovação, em grupos e partidos que buscam se normalizar institucionalmente ao se afastar da retórica da violência e da ruptura política. A partir dos anos 1960 se ensaia uma distinção entre *extrema direita*, marcada por certo anti-intelectualismo, pela apologia à violência e aos valores antidemocráticos e racistas explícitos, da *nova direita* ou *direita radical* que, mesmo crítica da democracia liberal, não enfatiza a ruptura violenta com os sistemas políticos, mas a ação cultural e/ou política organizada. Por essa razão, faz algum sentido algum a escolha de Cas Mudde (2019), ao utilizar *far right* ou *ultradireita*, à falta de uma expressão em português, como um conceito “guarda-chuva” para abrigar correntes da direita radical e de extrema direita. Mas a distinção é pertinente desde que se perceba graus de interseção, pois a opção pela ação cultural, pela organização política ou pela via da ruptura podem convergir caso haja um contexto de agitação política favorável. Nesse sentido, há que se observar, à contrapelo da intenção do autor, o quanto esta classificação pode servir ao intuito da própria tática da normalização institucional de partidos de extrema direita, e de grupos neofascistas estritos à sua sombra, em meio a uma estratégia do neofascismo metapolítico.

Em torno do fascismo e suas ressurgências: questões conceituais

Diante de nós está o desafio de um programa de estudos rigoroso, teórica e metodologicamente, e que detalhe o entrelaçamento de complexas redes de atuação e pensamento sem recair em simplificações ou conspiracionismos. Nesse sentido, a pergunta central recai sobre qual conceito de fascismo estamos a tratar e como definir as relações das novas direitas atuais com ele.

Tornou-se corriqueiro sublinhar como a ideia de “fascismo eterno” seria teoricamente inconsistente. No campo acadêmico a crítica remonta à Emilio Gentile (2019) e é replicada por Steven Forti:

[...] como destacou Emilio Gentile, a análise sofre de ahistoricidade. Ao aceitar explícita ou implicitamente a tese do “fascismo eterno” de Umberto Eco, qualquer líder ou movimento político antidemocrático, autoritário, nacionalista ou simplesmente conservador acaba por ser

rotulado como fascista e, além disso, perdem-se de vista as transformações ocorridas nos últimos 80 anos. Assim, o fascismo não só se torna um fantasma, ou melhor, um monstro que, de tempos em tempos, surge, mas também se torna banalizado (Forti, 2024, s./p., *tradução nossa*).

Não há dúvida que nas disputas políticas houve uma banalização do fascismo como categoria de acusação a traços de autoritarismo em atitudes e governos e que, a depender de como o “fascismo eterno” é lido, pode favorecer ainda mais essa banalização. Portanto, é preciso se cercar de cuidados.

Quando utilizo a perspectiva de Eco, não o faço como um conceito-base na caracterização do fascismo; mas me concentro, em primeiro lugar, na relação que é construída sobre o fascismo como uma experimentação prática complexa de uma nebulosa ideológica, marcada por contradições internas. Os fascismos, na prática, embora haja tentativas de sistematização teórica por parte de intelectuais, não partem de uma teoria sistemática, mas do cruzamento de perspectivas concorrentes em torno da direção de um movimento, governo ou regime, e cujo repertório prático se adapta taticamente às mudanças de conjuntura e correlação de forças:

Não parece haver razão para exigir que as ideologias, e menos ainda a ideologia do fascismo, se submetam ao princípio da não contradição, que sejam coerentes e sistemáticas [...] Em suma, o fascismo foi um movimento plural - mas não pluralista - que reuniu ao redor de uma ideologia ultranacionalista e estatólatra diferentes tendências filosóficas que interpretaram a doutrina do movimento a partir de seus próprios quadros teórico-conceituais, competindo entre si (Bianchi, 2024, p. 55).

Além disso, a própria natureza do texto de Umberto Eco (2018), um ensaio provocativo e não um estudo historiográfico, dificulta a consolidação da sua perspectiva, pois o ensaio não delimita e põe a teste as múltiplas refrações entre o conceito proposto e os processos sociais.

Essa abordagem, no entanto, necessita de um maior refinamento. Nesse sentido, a proposta de Robert Paxton, em *A Anatomia do Fascismo* (2007), também se torna pertinente ao conceber o fascismo não como uma teoria ou modelo único; mas, um comportamento político, uma estrutura de valores, sentimentos e ideias mobilizadoras: preocupação com o declínio da comunidade, humilhação ou vitimização, culto compensatório da unidade, energia e pureza, mobilizado por um partido de massas de militantes nacionalistas trabalhando colaborativamente com elites tradicionais, e que abandona as liberdades democráticas e persegue com violência e sem restrições éticas ou legais de limpeza interna e expansão externa. Além disso, Paxton analisa o fascismo como uma realidade múltipla que pode se desenvolver em diferentes estágios, desde sua origem

como movimento, seu enraizamento no sistema político, sua chegada ao poder, o seu exercício do poder, e, enfim, entropia ou radicalização.

Importa sublinhar também como, na obra de Paxton, é demonstrado como a própria teoria política e a historiografia não são consensuais a respeito de como conceituar o fascismo, entre o máximo de abrangência, como em Eco (2018), e a super especificação que torna cada experiência nacional fascista algo particular: o fascismo seria específico da realidade italiana e as demais experiências, formas mistas de corporativismo e aristocratismos; o nazismo, por sua vez, seria particular da história alemã, não sendo possível falar em nazifascismo.

Essa última corrente surge da renovação dos estudos sobre o fascismo a partir dos anos 1970, iniciada com Ernst Nolte, Rezo de Felice, George L. Mosse, Emilio Gentile, Anthony James Gregor e Zeev Sternhell (Campos, 1999; Bianchi, 2024). Esse conjunto de autores buscou o conhecimento do fascismo a partir dos perfis sociais e ideológicos, trazendo questões importantes como: a distinção entre movimento e regime fascista; a problemática da construção do consenso e a importância da estética, da religião civil e do pensamento mítico na nacionalização das massas; a tese polêmica das origens ideológicas do fascismo nos meios da esquerda socialista, mais especificamente, entre certos revisionistas do marxismo; e a busca por um conceito não genérico de fascismo, diferenciando a experiência italiana daquela do nacional-socialismo alemão.

Apesar das polêmicas, esta corrente teve o mérito de encontrar novos caminhos de pesquisa ao questionar interpretações por demais generalizantes, estruturais ou funcionalistas, seja a de matriz liberal (teorias do totalitarismo), a radical-democrática (da falta de modernidade e da revolução burguesa) e a do marxismo (o fascismo como última linha de defesa do capitalismo contra a revolução socialista) (Campos, 1999). A disputa entre as interpretações não está encerrada. Além de cada uma destas vertentes possuir uma pluralidade interna, há diferentes diálogos e debates entre as teses concorrentes.

De tal forma que o conceito hegemônico de fascismo nos estudos contemporâneos não se orienta por uma super especificação, mas por uma generalização ou um conceito mínimo, capaz de identificar o fascismo e torná-lo comparável em suas distintas variações. Em torno de um “mínimo fascista”, Roger Griffin (2006) propõe o conceito de “ultranacionalismo palingenético”: o centro do fenômeno é o mito mobilizador do renascimento de uma “ultranação”, que pode assumir a forma de um estado-nação regenerado ou de uma civilização ou raça renascida. Com isso, Griffin almeja abarcar de forma ampla diferentes formas de fascismo, incluindo o nazismo.

Um contraponto a esta perspectiva foi elaborado, recentemente, por João Eigen que procura descartar concepções mais genéricas e retomar o alinhamento com a super especificação. Em *O fascismo como ideologia e a revolta totalitária* (2023), Eigen pretende um empreendimento ambicioso: contestar as definições hegemônicas sobre o fascismo por meio de uma reconstituição da sua ideologia a partir da experiência italiana, tomando como base fontes primárias. O livro é uma crítica das teses acerca do fascismo como uma miscelânea de ideias sem organicidade e sistematicidade suficientes para ser comparado ao liberalismo e ao marxismo. Critica-se que, no pós-guerra, teria havido uma “desfascistização retroativa do fascismo” por meio de estudos e posicionamentos que negaram a existência de uma ideologia e de uma cultura fascista bem-organizada e compartilhada por uma classe dominante e pelas massas.

A partir da interpretação das origens históricas e da evolução do pensamento de Giovanni Gentile, Sergio Panunzio, Ugo Spirito, Giuseppe Bottai e Alfredo Rocco, o autor enuncia um conceito delimitado: “[...] o fascismo foi, na verdade, o produto de uma confluência de fatores que, numa necessária limitação categórica, pode ser definida como uma tentativa de criar um sindicalismo nacional fundamentado numa base filosófica neohegeliana.” (Eigen, 2023, p. 25-26) Essa fórmula sintética somente pode ser compreendida em todo o seu alcance na medida em que se considera três inspirações: o sindicalismo revolucionário; o nacionalismo; e o idealismo filosófico, eixos que dividem transversalmente todo o livro.

Em outros termos, o fascismo seria uma “revolta totalitária” contra o individualismo liberal e materialista, ou seja, contra a visão atomística do ser humano com seu “direito natural” à liberdade frente às coerções sociais; contra a sociedade como contrato entre indivíduos; contra a ideia de *homo economicus*, da propriedade privada e do mercado como organizadores da sociedade; enfim, contra a supremacia do princípio da democracia de massas representativa que sedimenta a política como momento pontual e isolado na vida social de cada indivíduo pelo voto. Para os intelectuais fascistas, em coincidência com grande parte dos nacionalistas e dos socialistas não marxistas, a predominância do liberalismo e do materialismo estaria na origem da alienação histórica que teria enfraquecido a nação italiana frente à outras nações e afetado a coesão espiritual do povo. Contra esse estado de coisas seria necessário criar uma institucionalidade nova, baseada no corporativismo, e um novo indivíduo, destinado a trabalhar e se sacrificar pela grandeza de sua comunidade de destino. Um fenômeno moderno de retorno à uma antiga cosmovisão política totalitária, que enxerga o indivíduo como “prisioneiro de uma essência social” (Eigen, 2023, p. 27).

Apesar de ser um trabalho de fôlego, o estudo reproduz um viés seletivo das fontes e das referências teóricas que acaba por interferir na formulação do conceito de fascismo. No intuito de melhor definir, o estudo confunde, tornando o estudo incompleto como referência para a interpretação do fascismo histórico. A argumentação do autor é questionável em ao menos cinco direções interrelacionadas: 1) por sua abordagem teórico-metodológica concentrada no estudo das ideias, sem mediações analíticas para a correlação entre texto e “contexto”; 2) ao conceber o fascismo como síntese que tem como eixo central um socialismo revisionista do marxismo que converge para o nacionalismo; 3) ao criar uma cisão entre a natureza ideológica do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão; 4) ao contornar criticamente a definição de Roger Griffin (2006) sobre o fascismo, hegemônica no campo de estudos; 5) ao propor a incompatibilidade entre liberalismo e fascismo, tendo em vista o critério do conteúdo ideológico.

Em primeiro lugar, o autor assume, de partida, uma análise idealista e internalista do fascismo. O estudo mais das vezes toma as próprias concepções de intelectuais fascistas como demonstração do que é o fenômeno do fascismo. A coerência argumentativa buscada pelos intelectuais fascistas em suas construções teóricas, que legitimam o próprio regime e que podem justamente querer suprir lacunas e contradições ideológicas e práticas, não são consideradas como tomadas de posição contextuais na disputa com outros intelectuais fascistas pela hegemonia e direção do regime. Não há um distanciamento analítico suficiente, pois a própria disputa interpretativa no interior do fascismo é omitida em nome de uma continuidade que, em geral, coincide com a própria intenção destes intelectuais de fazer remontar o fascismo a uma longa tradição teórica na história ocidental.

Uma análise mais ponderada com base na reflexão de Enzo Traverso (2016) sobre proximidades e diferenças desde a perspectiva de George Mosse, concentrada justamente nas ideias e na “autorrepresentação” dos fascistas, bem como de Zeev Sternhell, Emilio Gentile e Renzo de Felice, entre outros historiadores do fascismo, contribuiria para aperfeiçoar o argumento a respeito do fascismo como ideologia, cultura e projeto político. Mas o estudo simplifica o debate teórico acerca do fascismo no plano internacional ao não situar os seus pressupostos e não contrastar com perspectivas diferentes. Essa escolha de perspectiva acaba por tornar o estudo uma replicação marcada pelo desenvolvimento acrítico de algumas das teses desenvolvidas sobre o fascismo no plano internacional, como é o caso dos argumentos de Zeev Sternhell (1983) sobre as “origens francesas do fascismo” em Georges Sorel e A. James Gregor sobre similaridades entre o fascismo italiano e o modelo bolchevique. Por mais que sejam teses que abram caminhos de

discussão, são bastante controversas e as ponderações críticas a seu respeito não são sequer mencionadas.

A respeito de George Sorel são muitos os estudos que questionam, por meio de análise de escritos e correspondência, a forma como as suas declarações foram descontextualizadas para criar uma linha de continuidade com o fascismo, quando os seus comentários demonstravam preocupação e desabono com a violência do fascismo sobre os socialistas e as alianças fascistas com as classes dirigentes (Charzat, 1983; Poumadère, 1994). A compreensão das demonstrações mais favoráveis a Mussolini deveria abranger o modo como o discurso inicial subversivo e proletário do *Duce* se enfraquecia cada vez mais com uma virada à direita na medida em que o fascismo conquistava o poder. Fato incontroverso é que parte dos seus continuadores, sobretudo em torno do *Cercle Proudhon*¹⁶, tentaram direcionar o pensamento de Sorel para o fascismo, mas uma ligação de continuidade direta não é ponto pacífico.

A relação entre o fascismo e o comunismo soviético, cuja origem é buscada também em paralelo supostamente traçado por Sorel entre Mussolini e Lênin (Charzat, 1983), não é problematizada o suficiente em seu alcance. Embora Eigen (2023) tenha indicado que haveria “negacionistas” sobre o tema entre os intelectuais fascistas, as reflexões de Ugo Spirito são tratadas como um desenvolvimento expressivo do pensamento fascista e não uma tese minoritária. O lugar de Spirito no regime fascista é controverso. Embora Mussolini tenha expressado algum apoio, Spirito foi perseguido no interior do regime fascista, tendo sido expurgado e posteriormente readmitido em 1945. Embora suas ideias tenham influenciado a República de Saló, nela não foi admitido (Payne, 1995).

As ressalvas acima demonstram a necessidade de uma abordagem diferente em termos de história das ideias e sua relação com as dinâmicas sociais, econômicas e políticas. A recusa ao marxismo como perspectiva de análise, conduz Eigen (2023) a negar a análise do fascismo em função de questões estruturais do capitalismo. Ocorre, nesse sentido, uma inversão por meio da qual o fascismo é visto como projeto de superação do capitalismo, em detrimento de análises que demonstraram que o que é projetado por intelectuais nem sempre condiz com a realização prática de movimentos e regimes políticos e que o fascismo como experiência desenvolveu uma afinidade funcional com grupos dirigentes e necessidades de acumulação capitalistas. Não se trata de induzir a aceitação de uma das teses marxistas do fascismo como ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, chauvinistas e imperialistas do capital financeiro, uma vez que, dentre outras questões, o contraste entre capital produtivo e capital

financeiro foi um dos eixos principais do nacionalismo fascista. No entanto, não é possível fechar os olhos às vastas evidências do fascismo como eixo de combate a uma revolução proletária, desarticulação e cooptação de socialistas, especialmente marxistas, bem como a afinidade entre a forma ditatorial fascista como uma das maneiras possíveis de resguardar e recuperar a economia capitalista em crise.

Além disso, não há uma análise que correlacione os diferentes momentos do fascismo - de movimento político a regime estabelecido e posterior decadência - com o predomínio de ênfases ideológicas específicas ou substituição de tendências ideológicas. A famosa tese da falta de sistematicidade ideológica do fascismo, combatida por Eigen (2023) e defendida por historiadores como Eric Hobsbawn (1988), em parte é devedora da forma como o fascismo, ao longo do tempo, utilizou de diferentes composições entre ideias, por vezes em contradição com alianças políticas pragmáticas, variando seu “mix” ideológico a depender das necessidades de legitimação. Esse aspecto, por sua vez, faz com que os meios culturais e intelectuais fascistas precisem ser vistos em sua pluralidade e em seus conflitos.

Resumir o fascismo a uma coerente linha de continuidade, a partir do que pensam os chamados intelectuais oficiais, é fornecer anuência à própria busca de legitimidade destes intelectuais, assim como confinar o fascismo não a uma definição conceitual, mas a uma rigidez analítica. Em diferentes momentos houve disputa entre o núcleo duro do fascismo e correntes similares ou vizinhas, do extremismo de direita, ao fascismo clerical, ao misticismo fascista, até o paganismo medievalista, havendo circulação e interpenetração de ideias. É possível citar, por exemplo, o caso de Julius Evola, reconhecidamente um crítico aliado do fascismo que, embora não se identificasse plenamente com o “fascismo oficial” e tenha sido afastado pelas críticas às alianças do regime com a Igreja Católica, posteriormente teve parte de suas ideias incorporadas, especialmente a respeito de um “racismo espiritual” em contraste com o racismo biológico do nazismo. Há, portanto, um uso tático de ideias a partir da necessidade de legitimação do movimento e regime fascista, como expressa a própria variação das ideias defendidas por Mussolini ao longo do tempo.

Um ponto crítico da argumentação de Eigen (2023) nasce da própria ideia de criar uma diferença de natureza entre o fascismo e o nacional-socialismo alemão tendo em vista as bases do racismo biológico presentes no nazismo. Eigen não é o primeiro a defender a diferenciação entre os dois movimentos e ideologias. No entanto, este fator não é suficiente para demarcar uma diferença de natureza e não uma variação no interior do mesmo tipo. Mesmo que o antissemitismo e o racismo biológico tenham sido “tomados

de empréstimo”, ou que a experiência dramática dos campos de concentração e solução final de extermínio não tenham sido eixos do fascismo italiano, todas as demais características do fascismo estão presentes nas duas experiências. Evidentemente, chegamos a um ponto crucial, que variará de acordo com o conceito de fascismo que estamos tratando. A proposta de Eigen foi justamente encontrar uma delimitação mais específica em recusa a dois horizontes teóricos principais: ao “mínimo fascista” na concepção de Roger Griffin (2006) e à ideia mais ampla de *Ur-fascismo* ou Fascismo eterno, de Umberto Eco (2018).

Em relação ao primeiro, Eigen busca uma readequação do que seriam os elementos centrais na hierarquia de valores e ideias presentes na construção de Griffin. Para tanto, Eigen se apoia na proposta de que uma ideologia, para ser analiticamente compreendida, deve ser considerada em três níveis distintos (Freeden, 2000). Os dois primeiros níveis seriam sintéticos e complementares: o nível dos valores primários, de conceitos basilares como liberdade, igualdade, indivíduo, que servem de sustentação ao segundo nível, das construções sociais, que envolve termos mais complexos, como Estado, justiça, opressão, revolução. O último nível seria o normativo ou doutrinário, que estipula juízos que orientam a ação no mundo social.

Sendo assim, no primeiro nível, o fascismo seria caracterizado pela ideia de indivíduo como animal social dependente cultural e espiritualmente da comunidade em que vive, sendo a liberdade humana alcançada somente na participação em uma comunidade e submissão à herança de normas e habilidades racionais e relacionais. No segundo nível, pelo corporativismo como sistema de produção econômica e representação política que melhor realiza a evolução moral da personalidade do indivíduo comunitário. Por fim, as demandas normativas seriam o rechaço ao individualismo liberal e suas instituições (democracia parlamentar e economia de mercado) e a valorização do imperialismo como expansão da nacionalidade.

Com base nesta caracterização, é feita a crítica ao conceito de fascismo como “ultranacionalismo palingenético” de Roger Griffin (2006), para o qual o centro do fenômeno é o mito mobilizador do renascimento de uma “ultranação”, que pode assumir a forma de um estado-nação regenerado ou de uma civilização ou raça renascida. Com isso, Griffin almeja abarcar de forma ampla diferentes formas de fascismo, incluindo o nazismo. Eigen (2023) critica a abrangência do conceito e o fato de Griffin utilizar construções de segundo nível do discurso sintético como questão central. A verdadeira palingenesis do fascismo, para Eigen, seria a “ressurreição da essência social do indivíduo dentro de um contexto histórico do pensamento político italiano” (EIGEN, 2023, p.433).

No entanto, apesar do acerto em se preocupar com a adequação do conceito de Griffin, especialmente em como diferenciar o fascismo de outros tipos de nacionalismo, os questionamentos não são convincentes e os argumentos chegam a ser contraditórios: o caso italiano demonstra justamente como o mito da regeneração de uma ultranação se forma a partir dos percalços históricos da modernidade, considerando o sentimento de uma alienação em relação à uma grandiosidade anterior utilizada como referência contra um estado de vitimização do Estado-Nação italiano na concorrência geopolítica do século XX e acenando para a promessa de uma expansão imperial-civilizacional.

O ideal de ultranação não entra em contradição com o retorno a uma legitimação política e social reacionária baseada em concepções da antiguidade clássica, uma vez que a ideia de ultranação é abrangente o suficiente para enquadrar uma visão de sociedade “naturalmente” dividida em classes ou castas cuja verdadeira felicidade é alcançada quando o indivíduo se adequa à sua função social no interior de um organismo social, de acordo com os desígnios de uma ordem hierárquica “natural” ou de uma união mística entre a ordem social e cosmológica. Sendo assim, o renascimento de uma ultranação abrange justamente um ideal de comunidade política hierárquica contrária ao liberalismo. Há uma indissociabilidade entre os dois primeiros níveis do discurso sintético.

No mesmo sentido, a ideia de ultranação também se adequa à uma pretensão que ultrapassa a simples nação e se transforma em uma missão civilizacional mais ampla. Por fim, ele torna possível correlacionar o nacional-socialismo alemão e o fascismo italiano, mesmo que haja diferenças substantivas, pois ambos são baseados no mito de ressurgimento de uma comunidade política antiliberal, holística e hierárquica no interior de uma contrarrevolução como projeto de modernidade alternativa.

Surpreendentemente, Eigen (2023) acaba por não correlacionar o modo como o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão bebem de fontes similares que remontam a intelectuais do romantismo anticapitalista, da chamada revolução conservadora e dos nacionalismos revolucionários, que buscaram fundamentar uma ética comunitária de uma irmandade de companheiros de luta se autorrealizando na forma de uma ultranação em que raça, civilização ou espírito na história surgem como reinvenção da modernidade e superação de uma suposta decadência do mundo ocidental com a hegemonia do individualismo liberal. Apesar de acertadamente indicar o fascismo no interior de um projeto de modernidade alternativa, Eigen não leva às últimas consequências a discussão sobre como estes ideários, ao mesmo tempo revolucionários e reacionários, fazem do fascismo histórico apenas uma das formas possíveis de sua realização.

Quando bem compreendido, esse é o *insight* trazido pelo conceito de *Ur-fascismo*, de Umberto Eco (2023), ao permitir compreender as reinvenções do fascismo ao longo da história. É nesse sentido que abordei o conceito nativo de *suprafascismo*, criado por Julius Evola, que abarca a ambiguidade entre a reforma ou correção de rumos do fascismo para um nível superior e, ao mesmo tempo, um *superfascismo*, por conservar alguns aspectos do fascismo que são intensificados (Wolff, 2016; Vasconcelos, 2023a).

Essa abordagem, no entanto, necessita de um maior refinamento, pois, se é preciso compreender as diferenças entre o fascismo italiano, o nacional-socialismo alemão ou o stalinismo, é também necessário distinguir, afinal, de que maneira outras correntes ideológicas menos conhecidas, como o nacional-bolchevismo ou da chamada revolução conservadora, correspondem a variações concorrentes do fascismo ou são ideologias de outro tipo. Ademais, quando transpomos a discussão para o cenário contemporâneo, como lidar com movimentos como o anarcocapitalismo, o neoliberalismo e o nacional conservadorismo?

Afirmar uma total incompatibilidade entre liberalismo e fascismo em termos ideológicos, como faz Eigen, ou criticar as abordagens das ideologias como epifenômenos de questões estruturais não é suficiente, pois implica em fechar os olhos a conexões possíveis entre fascismo, crises do capitalismo e o neoliberalismo e suas consequências. Em primeiro lugar, considerando as crises capitalistas como um processo de rearticulação das lutas de classe, desde os escritos de Marx em *O 18 Brumário* (1984), em parte antecipatórios da problemática do fascismo, torna-se relevante observar como, na construção e legitimação de ditaduras mobilizadoras, classes médias e setores não organizados das classes trabalhadoras buscam refúgio em uma ordem autoritária não classista. Não há uma reflexão sobre as relações de classe no fascismo que seja suficiente para questionar as teses marxistas sobre a pequena burguesia como agente do poder político para que o capital possa seguir exercendo o econômico, mesmo que estudos mais recentes apoiem uma visão mais ampla da adesão do fascismo entre diferentes classes sociais e de relações por vezes contraditórias entre fascismo e capitalismo (Campos, 1999; Melo, 2016).

Em segundo lugar, sendo o neoliberalismo não uma mera continuidade do liberalismo, mas uma vertente radical e autoritária de reengenharia política e social (Andrade, Côrtes, Almeida, 2021), as suas consequências, na forma de tendências a ditaduras populistas e esgarçamento do tecido social, abre margem à uma concepção de liberdade que pode favorecer a emergência de grupamentos reativos de militância condizente com a retomada de processos de fascistização. Isto se dá, em especial, pela

falta de criticidade em relação a como o liberalismo possui uma história em grande parte implicada com o chamado “darwinismo social”, que enfatiza a competição e a sobrevivência dos mais capazes ou superiores uma afinidade importante com o fascismo e sua valorização da hierarquia, da guerra e de uma política antissindicalista de classe. Esse é um argumento desenvolvido por Jason Stanley (2019) que, apesar de utilizar especialmente do nazismo como base, auxilia na aproximação entre os casos italiano e alemão.

Nova revolução conservadora, neoliberalismo e autocracias eleitorais

Uma saída possível é proposta por Ruy Fausto em *Revolução Conservadora e Neoliberalismo* (2022) onde retoma *insights* de Robert Paxton, além de ensaiar, em meu entendimento, um diálogo com Roger Griffin e Umberto Eco. O texto também permite um reencontro com alguns dos argumentos levantados por Steven Forti (2024) e as razões pelas quais defendo que a super especificação proposta por João Eigen é favorável a uma legitimação do olavismo, do anticomunismo da guerra cultural e correntes associadas, como o bolsonarismo e o ancapismo. Em seu ensaio, Ruy Fausto (2022) contrasta duas perspectivas para nomear e analisar os novos movimentos políticos de extrema direita: a que entende o fenômeno sob a luz do neoliberalismo e a que a concebe como reinvenção do próprio fascismo.

Cristian Laval e Pierre Dardot (2019) enquadram o conjunto dos extremismos de direita uma “forma política original” no interior do neoliberalismo, entendido como combinação de um “novo neoliberalismo”, distinto do clássico, que combinaria autoritarismo antidemocrático, nacionalismo econômico e racionalidade capitalista ampliada. A recusa do conceito de fascismo se daria pela inexistência de

partido único, nem proibição de toda oposição e de toda dissidência, nem mobilização e arregimentação das massas em organizações hierárquicas obrigatórias, nem corporativismo profissional, nem liturgias de uma religião secular, nem o ideal de “cidadão soldado, totalmente devotado ao Estado total, etc. (Laval, Dardot, 2019 *apud* Fausto, 2022, p. 11).

Em sentido oposto, Ugo Palheta (2018) argumenta sobre o desenvolvimento de forças neofascistas em sentido similar à Griffin, como “atualidade de uma possibilidade”, um fenômeno proteiforme de acordo com trajetórias distintas de projetos de “regeneração nacional” e

Como um movimento de massa que pretende trabalhar para uma “comunidade imaginária” considerada como orgânica (nação, raça e/ou civilização) através da purificação etno-racial, da destruição de toda forma de conflito social e de toda contestação (política, sindical, religiosa, jornalística, artística)”, ele observa imediatamente que a comunidade mística não precisa ser “necessariamente racial, no sentido pseudobiológico (ela) pode ser cultural (Palheta, 2018, p. 44, *tradução nossa*).

Seria “irresponsável”, ainda nas palavras de Palheta “se recusar a pôr em paralelo o fascismo clássico e a extrema direita contemporânea” (Palheta, 2018, p. 55). Em sua tomada de posição sobre estas duas perspectivas, Ruy Fausto (2022) põe em teste, primeiro, as características das extremas direitas contemporâneas que resistiriam a subsumir o fenômeno ao neoliberalismo. Ele põe, então, em revista aspectos como o populismo; a quebra da liturgia política; o niilismo; o nacionalismo; as políticas econômicas protecionistas e o capitalismo oligárquico ou “dos amigos”; o conservadorismo moral-religioso; e o culto ao uso da violência e ao autoritarismo. Neste contraste, Fausto ressalta duas convergências possíveis: em torno do neoliberalismo como facilitador da implantação do neoconservadorismo, com a liquidação do papel protetor do Estado e o fortalecimento da família tradicional (Brown, 2019); e das afinidades entre neoliberalismo, ditaduras e mesmo a defesa de governos racistas, aproximando alguns dos expoentes do neoliberalismo ao conservadorismo tradicional. Estas convergências, no entanto, não seriam suficientes para definir a nova extrema direita no interior do neoliberalismo. Restaria, portanto, o contraste com o próprio fascismo.

Seu ponto de partida é uma análise crítica da contraposição entre democracia iliberal e liberalismo antidemocrático, proposta por Yascha Mounk (2019) para caracterizar as novas alternativas políticas a partir da direita. Deste argumento, Fausto enfatiza a importância da ideia de iliberalismo, mesmo com toda a ambiguidade que cerca o entendimento do que é o liberalismo. Desse modo, e em linhas gerais, o iliberalismo seria uma forma antidemocrática, uma autocracia eleitoral ou democratura, que soma traços do neoliberalismo com outros estranhos à tradição neoliberal; ao mesmo tempo, em que, em sua essência, se afastaria do neoliberalismo e mais se aproximaria do fascismo: “uma nova constelação, que, entretanto, pertence à mesma galáxia dos fascismos dos anos 1920-1940; a galáxia das revoluções conservadoras” (Fausto, 2022, p. 33).

Nesse ponto, Fausto encontra Paxton (2007) em seu entendimento de que as experiências fascistas giraram em torno de um centro ou núcleo do fascismo italiano e do nazismo alemão e, em sua órbita, “fascismos derivados” ou “secundários”, experimentos políticos compósitos ou mistos que, apesar das diferenças, orbitam em torno do núcleo.

Hoje, a segunda constelação da revolução conservadora não gravitaria em torno do nazifascismo, mas dos iliberalismos que não seriam estritamente fascistas, mas “equivalentes funcionais do fascismo”, experiências nucleares distintas da emulação dos fascismos históricos com suas procissões, ritos e religiões laicas. Essa seria uma diferença fundamental: os iliberalismos parecem abandonar a ideia do movimento ou regime como uma religião laica ou secular (as suásticas, os *fascios*, os grandes rituais e cerimoniais) e buscam se vincular a religiões tradicionais, o que é um argumento bastante pertinente quando observamos como é importante a vinculação religiosa ou civilizacional em Olavo de Carvalho ou Aleksandr Dugin, por exemplo. Nesse sentido:

os novos revolucionários conservadores tiveram de tomar distância em relação ao fascismo, que se transformou num álibi para eles (ver, por exemplo, Olavo de Carvalho falando do fascismo. E, entretanto, há muitos elementos que provam que ele está falando mal de primos-irmãos) (Fausto, 2022, p. 39).

A mesma compreensão poderia ser atribuída à Dugin e sua pretensa superação do fascismo em sua Quarta Teoria Política (Silva, 2022), pois ambos, Olavo de Carvalho e Aleksandr Dugin, declaram rejeitar a forma das experiências do fascismo histórico e alguns de seus aspectos, como o racismo biológico explícito; embora, no caso do pensador russo, seja sinalizada alguma incorporação do legado fascista, uma vez que a sua proposta de superação envolve a apropriação de características consideradas adequadas a uma nova síntese.

Nesse sentido, apesar das diferenças, esse conjunto de autores, incluindo Alain de Benoist, Guillaume Faye, entre outros, buscam se apoiar em algum tipo de critério arcaico ou civilizacional. Por essa razão, muitos dentre eles disputam abertamente o legado do Tradicionalismo. Ou seja: não há uma reivindicação do corporativismo e da religião laica do fascismo. Se utilizarmos os mesmos critérios de Freedon (2000) podemos retificar a concepção de Eigen, desta feita a favor de uma articulação com o conceito de ressurgimento da ultranação em Griffin: o primeiro nível principiológico continua sendo a ideia de um “animal social” dependente cultural e espiritualmente da comunidade em que vive, sendo a liberdade humana alcançada somente na participação em uma comunidade¹⁷, sob o princípio de regeneração nacional como autodefesa, presente em lemas como “*Make America Great Again*” ou “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, e não necessariamente no expansionismo nacionalista.

Mas, no segundo nível, o corporativismo não se torna central, pois ele é substituído pela ideia de pertencimento a uma civilização ou Tradição ancestral, perene e sagrada, estando em aberto as possibilidades de institucionalização como sistema de

produção econômica e representação política: autocracias eleitorais que não rechaçam formas de intervenção neoliberal, conciliadas com o capitalismo oligárquico. Por fim, as demandas normativas se manteriam com o rechaço ao individualismo liberal e suas instituições, sobretudo na chave da crítica ao “politicamente correto”, “ideologia woke” e “globalismo”.

No entanto, há que se questionar ainda o quanto projetos políticos como o de Trump, Bolsonaro e Milei podem ser lidos nesta chave. Em uma síntese provisória, são projetos que ora radicalizam o neoliberalismo, em diálogo com vertentes ideológicas como o neoconservadorismo cristão, o fundamentalismo evangélico, o paleoconservadorismo¹⁸ ou o anarcocapitalismo, ora flertam com a retórica nacionalista, com referenciais do fascismo histórico e de supremacismos raciais e com táticas de comunicação fascistas. Ao contrário de um projeto estatizante e corporativo, a desestabilização dos sistemas políticos, a destruição do Estado social e o apoio a uma sociabilidade individualista associal ou belicista de identidades grupais, resultando no reforço de camadas oligárquicas tradicionais e de frações de classe que se norteiam pela desregulamentação de mercados e direitos, bem como, no caso brasileiro e argentino, um aumento da dependência econômica e política em relação aos Estados Unidos.

A resposta que defendo é compreendê-los, com base em Paxton e Fausto, como movimentos de direita radical e governos de autocracia eleitoral em formação que são “equivalentes funcionais” do fascismo na atual quadra histórica, mas que não reproduzem necessariamente as mesmas características do fascismo histórico, como o apelo ao Estado unitário corporativista. É por essa razão que, em outro momento (Vasconcelos, 2022a), dialogando com Karl Polanyi (1935), busquei compreender os fascismos como uma complexa relação de síntese entre ideologias e contextos políticos e socioeconômicos, em interseção completa ou parcial com os princípios do anti-individualismo, do vitalismo, do totalitarismo, do racismo e do misticismo¹⁹.

Entre as múltiplas combinações destes princípios, adviriam: 1) a inimidade como princípio da política e o Estado como função da guerra: as sociedades deveriam estar baseadas numa moral instintiva e num modelo de “vida em bando” ancorado no irracionalismo, na confrontação e no ritual público; 2) a busca por um restaurar um estado harmônico anterior na história, cujo ponto inicial de regressão é interpretado de diferentes maneiras, mas que converge para uma contra-modernidade liberal; 3) uma restauração que não é uma mera repetição da história, mas a conjugação de antigos princípios e formas políticas e sociais atuais em uma nova síntese por meio de processos revolucionários. Sendo assim, o corporativismo fascista não é central, mas apenas uma das formas de

implementação destes ideários como regime, não resumindo sua existência como movimento, ideologia ou governo, que podem se sustentar a partir de uma nova conjugação entre os princípios elencados, dando origem a novas formas políticas e sociais como projeto de contra-modernidade ou de modernidade alternativa.

Em suma, as formas de atualização do fascismo são variadas e realizada por movimentos que por vezes negam explicitamente uma vinculação ao fascismo ou seu repertório clássico, reinventando a nação em um sentido mais amplo, como é o caso do “nacionalismo europeu” de Alain de Benoist e a defesa de civilizações tradicionais feita nos distintos “antiglobalismos” de Olavo de Carvalho e Aleksandr Dugin. Definir o fascismo, portanto, significa compreender a mudança tática de repertórios e características (Tasca, 1967) a partir do exercício comparativo “que nos permitirá sair das aporias de um ‘fascismo genérico’ e pensar os fascismos realmente existentes” (Bianchi, 2024) e a constituição de “equivalente funcionais” em um novo contexto (Fausto, 2022).

Considerações finais

Diante do exposto, hoje se observaria a emergência de um iliberalismo radical e revolucionário, mas não emancipatório, como uma galáxia da nova revolução conservadora em uma relação de complementaridade ou concorrência com outra galáxia, a dos neoconservadores, em diferentes mediações ou contraposições com o neoliberalismo.

A argumentação de Fausto (2022) merece atenção por coincidir com a de Steven Forti (2024) em não igualar simplesmente as autocracias eleitorais com o fascismo, buscando que sua singularidade empírica não seja subsumida a um conceito prévio. Porém, permite também reativar uma perspectiva de comparação pertinente, de longo prazo, que não nega as continuidades de essência e funcionalidade, não como uma cópia do fascismo histórico, mas de movimentos e autocracias que, em diferentes épocas, estiveram sob influência de uma nebulosa ideológica cujo centro é a ideia de revolução conservadora.

Por sua vez, a alternativa proposta por Eigen (2023) em seu livro e reflexões posteriores é problemática: em primeiro lugar, ao pretender uma distinção entre fascismo e nazismo, ele possibilita atenuar a gravidade do fenômeno fascista que não teria a mesma natureza monstruosa do nazismo. Dessa forma, há um espaço de legitimidade para o fascismo, embora não seja o modelo defendido pelo autor. Por outro lado, o comunismo, em sua complexidade, é simplificado, quando conveniente, como primo-irmão do

fascismo, via sindicalismo revolucionário, ou do nazismo, como totalitarismo. A perspectiva acaba, assim, apoiando uma forma de anticomunismo sectário típico da militância olavista. Em segundo lugar, ao recusar comparações de Trump, Milei e Bolsonaro com o fascismo e o nazismo, possibilita legitimá-los como vieses políticos libertários, representantes de uma “sociedade aberta” de mercado contra governos de esquerda que são taxados de autoritários, mesmo que estes governos de extrema direita se expressem como autocracias eleitorais que fazem convergir neoconservadorismo e neoliberalismo.

Ao final e ao cabo, no aã de uma crítica à “desfascistização retroativa do fascismo”, o livro de Eigen fecha os olhos a processos de refascistização da sociedade e da política que não cabem na reificação do conteúdo ideológico do fascismo histórico, sobretudo da forma como ele é delimitado no estudo. A tese subjacente retira grande parte do peso de responsabilidade do fascismo sobre as direitas radicais liberais e as transfere para as esquerdas, justamente em um contexto de enfraquecimento das esquerdas e reemergência de governos de direita populista, associados a um neofascismo metapolítico.

Gostaria de concluir com as palavras de Ugo Palheta a respeito das precauções sobre o conceito de fascismo:

Impõe-se [...] encontrar um ponto de equilíbrio entre a indiferença em relação à ideologia fascista, que proíbe se interrogar sobre a persistência ou as transformações de um “projeto” fascista [...] e a focalização exclusiva na ideologia, que pode levar a aceitar sem mais o que os fascistas dizem sobre o que eles são, sobre o que eles fazem e sobre os seus objetivos, ou pelo menos a não manter distância em relação aos discursos que pronunciam ou que pronunciaram. (Palheta, 2018, p. 46, *tradução nossa*).

Com base nesse princípio, acredito ser possível trilhar um caminho mais lúcido de análise, sem apelar para uma ideia coesa de Internacional, mas sem desprezar a análise dos vínculos entre diferentes redes de articulação intelectual e política, incluindo os efeitos da plataformização da vida social por meio das novas redes sociais (Cesarino, 2022) e o “fascismo atmosférico”²⁰ (Reinhardt, Cesarino, 2024). Resta ainda todo um campo de pesquisa e questionamento sobre as interlocuções e concorrências entre, de um lado, a nova revolução conservadora e seus iliberalismos e, de outro, movimentos como os liberalismos econômicos moralmente conservadores, o paleoconservadorismo e o ancapismo.

Referências:

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. *Caderno CRH*, v. 34, p. e021020, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mZ5TYngTCBpHz8gZ7g9kJPC/>. Acessado em 14 jun. 2024.

ANGENOT, Marc. Fascismo, populismo: as utilizações contemporâneas de duas categorias políticas nas mídias. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 16(1), 244-273, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/452ptxa2>. Acessado em 10 nov. 2023

AUGUSTO, André. Visão de mundo aristocrática e a contrarrevolução conservadora. Paper apresentado no Colóquio *Marx e o Marxismo 2017: De O capital à Revolução de Outubro (1867-1917)*, Niterói, agosto de 2017. Disponível em: Disponível em: <https://shre.ink/9lgl> Acesso em: 24 maio 2021.

BERTONHA, João F. A questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n. 1, p. 99–118, jan. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/WRYdFsXNNpLm6kh95tcnhmf/> Acessado em 10 ago. 2024.

BIANCHI, Álvaro. Fascismos: Ideologia e história. *Novos estudos CEBRAP*, v. 43, n. 1, p. 45–63, jan. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/kdKSW7Fq8VvS93BqwRsBzRP/#>. Acessado em 10 ago. 2024.

BROWN, Wendy. *In the Ruins of Neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the west*. Columbia University Press, 2019.

BUELA, Alberto. Que es metapolítica. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, v. 41, n. 2, p. 179-183, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/24464>. Acessado em 14 jun. 2024.

CAMPOS, Ismael Saz; AGGIO, Alberto. Repensar o fascismo. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 22, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2083>. Acessado em 14 jun. 2024.

CASTRO, Ruy. A ameaça ainda sem nome. *Jornal Folha de São Paulo*. Colunas. 10/04/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2024/04/a-ameaca-inda-sem-nome.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CESARINO, Leticia. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. Ubu Editora, 2022.

CHARZAT, Michel. Georges Sorelet le fascism. Éléments d'explication d'une légende tenace. In: *Cahiers Georges Sorel*, n°1, 1983. pp. 37-51. DOI : <https://doi.org/10.3406/mcm.1983.862> Disponível em: www.persee.fr/doc/mcm_0755-8287_1983_num_1_1_862. Acessado em 04 jan. 2024.

CRUZ, Natalia dos Reis. Aleksandr Dugin, o Projeto Neoeurasianista e a Narrativa sobre a Nova Ordem Mundial. *Estudos Internacionais*, v. 11, n. 2, jun. 2023. Disponível em: https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:wXHjo3Ibv-0J:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&scioq=Natalia+dos+Reis+Cruz+Dugin Acessado em: 10 ago. 2024.

DIAMOND, Sara. *Roads to Dominion: right-wing movements and political power in the United States*. New York; London: The Guildford Press, 1995.

ECO, Umberto. *Ofascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

EIGEN, João F.D. *O Fascismo como ideologia e a revolta totalitária*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2023.

FORTI, Steven. ¿La extrema derecha otra vez “de moda”? Metapolítica, redes internacionales y anclajes históricos. *Nueva Sociedad*, nº 310 / marzo-abril, 2024. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/310-extrema-derecha-otra-vez-de-moda/>. Acesso em 29 abr. 2024.

FRANÇOIS, Stephane. Les paganismes de la Nouvelle Droite (1980-2004). *Thèse pour obtenir le grade de Docteur en Science politique*. Université du Droit et de la Santé —Lille II, 2005. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p9y27t3> Acessado em 10 nov. 2023.

GENTILE, Emilio. *Quién es fascista*. Alianza, Madrid, 2019.

GRIFFIN, Roger. *The nature of fascism*. London: Routledge, 2006.

HOBBSBAWN, Eric John. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ICL – Instituto Conhecimento Liberta. Entenda quem é quem na “Internacional Fascista” que dá suporte a Bolsonaro, com Musk, Trump e Milei. *Canal do Instituto Conhecimento Liberta*. *Youtube.com*. 22/04/2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1ZSqQ9BfpeI>. Acessado em: 15 jun. 2024.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. Anatomie du nouveau néolibéralisme. *Avant-propos pour la traduction anglaise de Ce Cauchemar qui n’en finit pas* (à paraître). 2019. Disponível em: <https://ensemble-insoumise.org/anatomie-du-nouveau-neoliberalisme/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. 2. ed. Lisboa: Avante, [1852] 1984.

MELO, Demian Bezerra de. Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e o consenso sob o fascismo. *Revista Outubro*, n. 26, julho de 2016. Disponível em: https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/07/06_Demian-Melo-.pdf. Acesso em: 30 abr 2024.

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Editora Companhia das Letras, 2019.

MUDDE, Cas. *The Far Right Today*. Cambridge: Polity Press, 2019.

NETO, Odilon Caldeira. O neofascismo no Brasil: entre escalas, abordagens e historicidade. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 29, n. 52, p. 702-709, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/92675> Acesso em: 10 ago. 2024.

PALHETA, Ugo. *La possibilite du fascisme: France, la trajectoire du desastre*. Paris, La Découverte, 2018.

PAXTON, Robert. *A Anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAYNE, Stanley G. *A History of Fascism 1914-45*. Routledge, 1995, p. 387

POLANYI, Karl. The essence of fascism. In: LEWIS, John; POLANYI, Karl; KITCHIN, Donald K. (orgs.). *Christianity and the Social Revolution*. Nova Iorque: Ayer Co. Pub., 1935, p. 359-94

POUMARÈDE, Géraud. Le Cercle Proudhon ou l'impossible synthèse. In: *Mil neuf cent*, n°12, 1994, pp. 51-86. DOI : <https://doi.org/10.3406/mcm.1994.1108>. Disponível em: www.persee.fr/doc/mcm_1146-1225_1994_num_12_1_1108. Acesso em: 04 jan. 2024.

REINHARDT, Bruno; CESARINO, Letícia. Fascismo atmosférico: o bolsonarismo como cronopolítica. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, 56(2)., 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2024.v56.i2.a59314>. Acesso em 10 ago. 2024.

SEDGWICK, Mark. *Contra o Mundo Moderno: O Tradicionalismo e a História Intelectual Secreta do Século XX*. Trad.: Diogo Rosas G. Âyiné, 2021, 680 págs.

SILVA, Beatriz Lima Oliveira da. Aleksandr Dugin e a Quarta Teoria Política: uma análise do discurso da nova extrema direita. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Licenciatura em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes/RJ, 2022.

SÁNCHEZ, Daniel Sierra. Principios del Identitarismo Etnopluralista en Alain de Benoist, Teórico de la Nueva Derecha Europea. In: *Actas del I Congreso Internacional Derechos Humanos, Democracia, Cultura de Paz y No Violencia*. Universidad Autonoma de Madrid, Espanha, 2019, p. 43. Disponível em: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/691669/09_principios_sierra_DEMO_SPAZ_2019.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

STERNHELL, Zeev. *Ni droite ni gauche: l'ideologie fasciste en France*. Paris: Seuil, 1983.

TASCA, Angelo. *Nascita e avvento del fascismo: l'Italia dal 1918 al 1922*. Florença: Laterza, 1967.

TEITELBAUM, Benjamim R. *Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

TRAVERSO, Enzo. Interpretar o fascismo: sobre George L. Mosse, Zeev Sternhell e Emilio Gentile. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Org.).

História e memória das ditaduras do século XX, Vol. 1, p. 13, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. O suprafascismo de Julius Evola e os fundamentos da Nova Direita Iliberal. *Lua Nova* (Impresso), v. 2, p. 14-47, 2023a.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/6PWpC6RWN9n3XYWtK7SPFSv/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 10 ago. 2024.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. O arqueofuturismo de Guillaume Faye e a Nouvelle Droite (1970-2019). *História da Historiografia*, v. 16, p. 1-28, 2023b.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hh/a/SvWnSNLDd974j3WCt9cjqBB/abstract/?lang=pt>. Acesso

em: 10 ago. 2024.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. A dissidência tradicionalista: a reinvenção da extrema direita brasileira como aliança “vermelho-marrom”. *Almanaque de Ciência Política*, v. 7, p. 1-29, 2023c. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/almanaque/article/view/43193>. Acesso em: 10 ago. 2024.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. As origens intelectuais do fascismo e suas reinvenções: entre a “revolução conservadora” e o Tradicionalismo. *Plural (USP)*, v. 29, p. 208-231, 2022a. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/193358/183613>. Acesso em: 10 ago.

2024.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. “Para salvar a nação somos até capazes de comunismo”: o nacional-bolchevismo ontem e hoje. *Almanaque de ciência política*, v. 6, p. 1-34, 2022b. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/almanaque/article/view/37936>. Acesso em: 10 ago. 2024.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. Alain de Benoist e a Nova Direita Europeia: gramscismo de direita, revolução conservadora e fascismo cultural.

Princípios (São Paulo), v. 41, p. 208-239, 2022c. Disponível em:

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/155>. Acesso em: 10

ago. 2024.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. A “guerra cultural” neofascista no Brasil: entre o neoliberalismo e o nacional-bolchevismo. *Revista de História da UEG*, v. 10, p. 1-28, 2021. Disponível em:

<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/11549>. Acesso em: 10

ago. 2024.

WOLFF, Elisabetta Cassina. Evola’s interpretation of fascism and moral responsibility. *Patterns of Prejudice*, v. 50, n. 4-5, 2016, pp. 478-494. Disponível em:

https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0031322X.2016.1243662?casa_token=gpYn7I4HfCsAAAAA%3ASxZyUg_1wZsLh9USzOOWUG1E8dKoZ3xTA92yRGzn-GCOip-Cy2ZdqGfSb8WiffkcbNh-4FhpcMTeCNj8

Acesso em: 10 ago. 2024.

Artigo Recebido em 02/05/2024

Aceito para publicação em 08/08/2024

Editor(a) responsável: Rodrigo Canossa Barbosa

¹ “Escola” intelectual referenciada no economista Murray Rothbard, que defende a soberania dos indivíduos através da propriedade privada e do livre mercado. Utilizamos o *anacpismo* para nomear sua forma política, expressa em temas como a defesa da livre circulação de armas e da vida em pequenas comunidades baseadas em lógica privatista.

² Cf. <https://x.com/cesarcalejon1/status/1782980767330549992?t=oL1j-IU2eVPLL6qHpWohwg&s=19>

³ O autor aborda como estes intelectuais se filiam a tradições esotéricas e ao Tradicionalismo, movimento desde a Europa Renascentista que se fundamenta no Perennialismo, que busca por uma sabedoria ou religião original no Oriente (entendido por meio dos trânsitos culturais entre a atual Europa e Ásia no período Helênico ou anteriormente) representada especialmente por Hermes Trismegisto, cujo pensamento acredita-se ter inspirado boa parte da filosofia grega e do cristianismo (SEDGWICK, 2021). Associado à alquimia, à astrologia e à magia, a consolidação dos contornos de expressão do Tradicionalismo só teria ocorrido no início do século XX em torno do objetivo de retomar supostas crenças e práticas transmitidas de geração em geração, desde tempos imemoriais, em organizações espiritualistas, religiosas e iniciáticas que teriam se perdido no Ocidente nos últimos quinhentos anos (SEDGWICK, 2021).

⁴ Cf. <https://x.com/BenTeitel/status/1783588439243256255?t=plUUq5zeAINWhKHQYqJZdA&s=19>

⁵ Termo usado na Alemanha de 1920 para designar um movimento cultural e político pautado pela recuperação de valores do romantismo anticapitalista e do aristocratismo radical dos séculos XVIII e XIX, influenciando ao mesmo tempo revolucionários e conservadores, nacionalistas e socialistas autoritários contra o liberalismo e os acordos de Versalhes (DUPEUX, 1994; AUGUSTO, 2017).

⁶ Identitarismo ou identitarianismo é um movimento europeu em torno de um regionalismo patriótico e étnico que ganhou fundamento em Alain de Benoist por meio da ideia de etnopluralismo, ou seja, a separação entre grupos étnicos na convivência territorial (o contrário do multiculturalismo integrativo francês) (SANCHEZ, 2019).

⁷ O nacional-bolchevismo foi movimento surgido no início do séc. XX, na Alemanha. Corrente revolucionária que era concorrente ao nazismo, mas partilhava alguns dos seus pressupostos sobre nação e dominação do Ocidente liberal, orientando sua luta para aliança com a URSS. No decorrer do século XX ele continuou uma tendência minoritária, mas presente em redes de grupos radicais, geralmente mais à direita, na Europa, e foi retomado por Aleksandr Dugin mais recentemente (VASCONCELOS, 2022b).

⁸ Designa uma pessoa ou um movimento político que defende valores híbridos, uma mistura entre aqueles da extrema direita nacionalista (o marrom dos nazifascista) e da extrema esquerda doravante comunista (o vermelho). Classificação similar, “verde marrom”, também foi feita para criticar movimentos ecologistas que parecem pegar emprestado os temas da direita conspiratória e xenófoba (ANGENOT, 2018).

⁹ Filósofo político esotérico italiano do começo do século XX, ao mesmo tempo aliado e crítico reformista do fascismo e do nazismo, que se tornou relevante para as gerações radicais de direita após a 2ª guerra mundial (VASCONCELOS, 2023a).

¹⁰ Liderança da “Nova Direita” francesa, concorrente de Alain de Benoist. Sua proposta de revolução buscava conciliar uma vida cultural e uma geopolítica que mesclassem valores arcaicos e tecnologia avançada (VASCONCELOS, 2023b).

¹¹ “Metafísica das ideias políticas”, estudo da ontologia da cultura e das civilizações como fundamento transcendente da ação política, ou seja, uma forma de atuação política não imediatista, com base no domínio cultural e na mudança de mentalidades com referência a princípios e valores tradicionais, religiosos, perenes ou ancestrais (FRANÇOIS, 2005; BUELA, 2013).

¹² Renovação do projeto geopolítico e cultural que unifique Europa e Ásia a partir do predomínio russo.

¹³ Distanciamento da política e da ação prática.

¹⁴ Título de um dos livros de Julius Evola, faz referência a um provérbio oriental para o qual uma pessoa que, ao ser atacado por um tigre, for bem-sucedida em montá-lo, evitará ser devorado por ele e poderá resistir para contra-atacar quando o animal se cansar. Esse simbolismo se dirige a orientações existenciais em uma época de crise e dissolução, a partir da qual se pode fazer emergir um novo tipo de sociedade.

¹⁵ Em retificação à produção anterior (Vasconcelos, 2023c), definimos extrema direita a partir de três aspectos principais: 1) a afirmação das diferenças (étnico-raciais, de classe, gênero e nação) como desigualdades naturais, base para o direito de domínio e uso da violência; 2) a recusa do individualismo da —cultura de massas e a defesa de um ideal coletivista, mas aristocrático e hierárquico; e 3) a busca pela ruptura da ordem institucional pela violência, embora possam partilhar de valores morais conservadores ou reivindicarem referências anteriores à época moderna. Pelo apoio à ação radical e mesmo revolucionária, a extrema direita não faz parte da escola do conservadorismo político, embora possa ser conservadora no plano moral; e, pelo seu conteúdo econômico, *pode ou não* ser neoliberal.

¹⁶ Grupo sindical-nacionalista revolucionário fundado em 1911 sob a inspiração de Georges Sorel, Charles Maurras e Pierre-Joseph Proudhon.

¹⁷ Afinal, como declarou Dugin em entrevista recente à Tucker Carlson, analista político conservador norte-americano, a sua crítica do mundo moderno e da ideologia liberal, tudo começaria com o individualismo, um entendimento errado da natureza humana, que cortaria todas as suas relações com identidades coletivas e transcendentais, como a nação, o Império e a ideia tradicional de sexo. Cf. Klaus Schwab, *Transgenderism, and AI* | Russian Philosopher Aleksandr Dugin (youtube.com).

¹⁸ *Grosso modo*, os paleoconservadores não são conservadores convencionais, nem neoconservadores. Eles defendem valores de vida tradicional, não igualitários, e de governo limitado. São críticos do multiculturalismo, da emigração ilegal, do intervencionismo militar, da democracia liberal, do Estado Social e da centralidade do desenvolvimento econômico capitalista na vida social.

¹⁹ Com base em uma análise crítica das elaborações de Othmar Spann, Ludwig Klages e Alfred Rosenberg (Polanyi, 1935; Vasconcelos, 2022a).

²⁰ Consideramos a ideia de “fascismo atmosférico” um desenvolvimento particular que pode ser associado à discussão sobre o neofascismo metapolítico. Os autores mobilizam o conceito de atmosferas para analisar o bolsonarismo como cronopolítica, um modo de fazer tempo e mobilizar públicos através do clima político e suas afinidades com modulações da soberania/exceção associadas ao populismo, fascismo e messianismo.